



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

DESVALORIZAÇÃO DO REAL: IMPACTOS NA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

[Devaluation of the Real: Impacts on Poverty and Social Inequality in Brazil]

Projeto de Graduação em

1.º ciclo de estudos em Ciência Política e Relações Internacionais

Jennifer de Brito Ferreira

Orientadora:

Doutora Sandra Maria Carvalho Vicente Bernardo

Junho, 2025

**DESVALORIZAÇÃO DO REAL: IMPACTOS NA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**

[Devaluation of the Real: Impacts on Poverty and Social Inequality in Brazil]

Projeto de Graduação em

1.º ciclo de estudos em Ciência Política e Relações Internacionais

Jennifer de Brito Ferreira

Orientadora:

Doutora Sandra Maria Carvalho Vicente Bernardo

Junho, 2025

Dedicatória

Dedico este trabalho, à minha mãe Margarete, que é minha guia e sempre será meu alicerce; ao meu pai Joe, que me incentivou a ser positiva diante das adversidades da vida; ao meu irmão Miguel, que me inspira a ser melhor a cada dia; e à minha avó Teresa, por todo amor e carinho.

À memória do meu avô Armenio, que lutou para realizar seus sonhos, sendo uma inspiração de perseverança e me ensinando que uma estrela gloriosa jamais deixará de brilhar.

Meu amor por vocês é maior do que uma ida e volta até a lua.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Universidade Fernando Pessoa, por ser um ambiente em que pude me tornar uma pessoa formadora de opiniões e pelas oportunidades que me foram dadas durante esse período.

À minha orientadora Sandra Bernardo, pela orientação neste projeto de graduação e pelos ensinamentos.

À coordenadora Ana Campina, pelo suporte e pelo incentivo ao longo desses anos.

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou durante os momentos mais difíceis.

Um agradecimento ao meu tio André, à minha tia Simone e ao meu primo Luccas, que sempre estiveram presentes com conselhos valiosos e pelo suporte que fizeram toda a diferença.

Agradeço aos meus amigos pelos momentos incríveis que tornaram essa etapa tão significativa.

Resumo

Este projeto de graduação, tem como objetivo analisar os impactos recorrentes da desvalorização do Real, moeda brasileira, na economia nacional, e na forma como aumenta a vulnerabilidade da população no enfrentamento da pobreza e desigualdade social no Brasil. Com base em investigações sobre a influência da desvalorização cambial no cenário econômico do país, a principal pergunta que este estudo busca responder relaciona-se com: Quais são os impactos específicos da desvalorização do Real sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil, e como esses impactos afetam a população brasileira? A pesquisa explora como a desvalorização da moeda intensifica o custo de vida e transforma o contexto macroeconômico brasileiro, impactando diretamente o preço dos bens de consumo considerados básicos, aumentando a inflação e, conseqüentemente, o índice de pobreza. Além de acentuar as disparidades das oportunidades de emprego e na distribuição de renda. A ausência de políticas públicas eficazes para suavizar esses efeitos, é identificada como um fator agravante, exacerbando o ciclo de desigualdade econômica e social já presente no país. A análise é sustentada por dados econômicos recentes e revisões literárias que discutem as flutuações econômicas e suas implicações sociais, destacando a necessidade urgente de alternativas políticas para conter a deterioração social resultante deste fenômeno econômico com uma compreensão detalhada dos mecanismos pelos quais a moeda desvalorizada atinge os menos favorecidos.

Palavras-chave: Desvalorização do Real, pobreza no Brasil, desigualdade social, inflação, políticas públicas, economia brasileira.

Abstract

This undergraduate project aims to analyze the recurring impacts of the depreciation of the Brazilian currency, the Real, on the national economy and the ways it increases the vulnerability of the population in facing poverty and social inequality in Brazil. Grounded in investigations concerning the influence of exchange rate devaluation on the country's economic context, this study seeks to answer the following main question: What are the specific effects of the Real's depreciation on poverty and social inequality in Brazil, and how do these impacts affect the lives of Brazilian citizens? The research explores how currency depreciation intensifies the cost of living and reshapes the country's macroeconomic landscape by increasing inflation and the prices of essential consumer goods, thereby raising poverty levels. It also examines how devaluation contributes to worsening income distribution and the unequal access to employment opportunities. Furthermore, the absence of effective public policies to mitigate these effects is identified as a key factor that exacerbates the cycle of economic and social inequality already present in the country. The analysis is supported by recent economic data and literature reviews discussing economic fluctuations and their social consequences, emphasizing the urgent need for responsive political alternatives. A deeper understanding of the mechanisms through which currency depreciation disproportionately affects the most vulnerable sectors of the population is essential to formulating such responses.

Keywords: Devaluation of the Real, poverty in Brazil, social inequality, inflation, public policies, Brazilian economy.

ÍNDICE

Resumo.....	xi
Abstract	xiii
Índice de Figuras.....	xvii
Lista de Siglas e Acrônimos	xix
1. Introdução.....	1
2. Panorama Econômico Brasileiro e a Desvalorização do Real.....	3
2.1 Contexto Macroeconômico Brasileiro: PIB, Emprego e Renda	3
2.2 Análise da Desvalorização do Real e suas implicações sobre a economia brasileira	6
2.3. Relação entre Desvalorização do Real e Inflação no Brasil	9
3. Desvalorização do Real e os Impactos nos Custos de Bens Essenciais	13
4. Políticas Públicas e Redução da Desigualdade Face à Desvalorização do Real	17
5. Conclusão	19
6. Referências Bibliográficas.....	21

Índice de Figuras

Figura 1- Evolução e Crescimento do PIB no Brasil.....	3
Figura 2 – Análise da flutuação do Real em relação ao Dólar deste 1994 (valor de R\$100 em Dólar)	6
Figura 3 - Desvalorização do Real frente ao dólar, 2024.....	7
Figura 4 - Principais produtos exportados pelo Brasil – 2000 e 2020.....	7
Figura 5 – Preços – IPCA e meta para a inflação, 2015-2027.....	10
Figura 6- Evolução mensal referente aos preços dos Alimentos	13
Figura 7- Salário-mínimo comprometido com Alimentação, Transportes e Medicamentos.....	14

Lista de Siglas e Acrônimos

CMED- Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

CNC- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNI- Confederação Nacional de Indústria

CNT- Confederação Nacional de Transporte

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços

INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PEIC- Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PTF- Produtividade Total dos Fatores

SELIC- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

1. Introdução

A desvalorização do Real, moeda brasileira, tem gerado impactos significativos sobre a pobreza e a desigualdade do Brasil. A constância desse processo tem afetado as condições de vida da população, principalmente no seu poder de compra, via pressões inflacionárias, na qualidade de vida, nomeadamente nos preços de bens e serviços essenciais, como medicamentos, alimentos e transportes, e na questão da distribuição de renda na sociedade brasileira, sendo necessário analisar o papel das políticas públicas para responder os impactos das flutuações cambiais sobre a população mais vulnerável.

De forma geral, o período delimitado do início dos anos 90 até o ano de 2025, permite focar no período a partir do qual, a esta moeda entrou em vigor e analisar os impactos socioeconômicos que implicaram no funcionamento regular do Real. Tratou-se de um período de grandes mudanças políticas e econômicas no país, com fortes impactos para a sociedade brasileira, mesmo tendo havido períodos de crescimento, a economia brasileira enfrentou também grandes desafios. Nesse contexto, busca-se primeiramente analisar os efeitos sobre a inflação e sobre o PIB na sua relação com o emprego e renda, além de analisar os impactos realizados diretamente sobre a população brasileira.

Considerando a análise do período de 1990 a 2025, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são os impactos específicos da desvalorização do Real sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil, e como esses impactos afetam a população brasileira? A compreensão desses impactos é fundamental para avaliar a eficácia das políticas públicas adotadas para mitigar esses efeitos econômicos da perda de valor da moeda.

O objetivo geral desse estudo, é analisar a relação entre o crescimento dos índices de pobreza e desigualdade social, com as flutuações cambiais. Para alcançar o objetivo geral, o primeiro passo foi avaliar a eficácia das políticas públicas, como os programas sociais criados pelos governos, adotados para abrandar esses efeitos econômicos. Depois o segundo passo, foi analisar o papel da inflação ao ampliar as disparidades entre a distribuição de renda e oportunidades de emprego, avaliando como atingem o poder aquisitivo de bens básicos para população brasileira.

A metodologia adotada, incorpora uma abordagem qualitativa, através de revisões bibliográficas como: revistas científicas, trabalhos acadêmicos, dissertações e textos para discussão, sites e a análise de relatórios institucionais socioeconômicos, que retratam

sobre pobreza e desigualdade social, buscando oferecer uma visão abrangente e crítica dos desafios atuais enfrentados pela economia brasileira.

Este projeto de graduação está estruturado em 7 seções. A seção 1, apresentará a introdução sobre a desvalorização do Real, bem como os objetivos e justificativa do tema. A seção 2, demonstra o panorama econômico brasileiro. As subseções 2, irão analisar os efeitos da desvalorização sobre a inflação, o contexto macroeconômico e a correlação do PIB com os índices de emprego e renda. A seção 3, visa estabelecer a relação entre a perda de valor da moeda e seus impactos nos custos de alimentação, transporte e medicamentos. A seção 4, abordará a eficácia das políticas públicas adotadas, para suavizar esses efeitos econômicos sobre a desigualdade social. Já a seção 5, apresentará as conclusões e recomendações para um futuro mais estável e equitativo no Brasil.

Ao concluir esta introdução, sublinha-se a relevância de revisitar o papel do Estado na economia, especialmente em suas atribuições de regulação cambial e suporte social. A expectativa é que os resultados desta investigação, fomentem debates produtivos acerca das reformas necessárias para se contrapor aos impactos nefastos da desvalorização do Real. Assim, busca-se não apenas entender o presente, mas também refletir em caminhos efetivos para um futuro de estabilidade social e equidade econômica no Brasil.

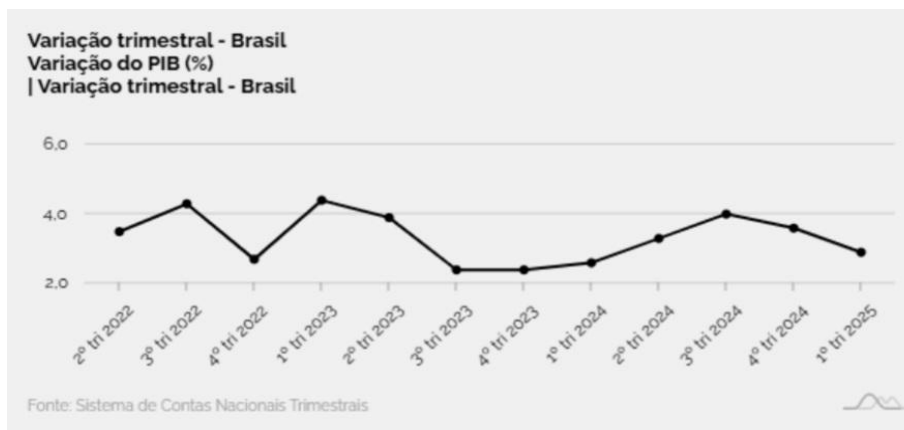
2. Panorama Econômico Brasileiro e a Desvalorização do Real

O panorama econômico de qualquer país, é influenciado pela dinâmica de crescimento do PIB, razão pela qual, esta seção inicia com essa análise. Em seguida, aborda-se a relação entre a desvalorização do Real na economia brasileira, seguida da sua relação com a inflação. Dessa forma, destaca-se a importância de descrever o contexto macroeconômico brasileiro.

2.1 Contexto Macroeconômico Brasileiro: PIB, Emprego e Renda

O contexto macroeconômico brasileiro, está relacionado ao PIB, emprego e renda. O crescimento econômico de forma sustentável, é influenciado e refletido, através do Produto Interno Bruto (PIB), como observado na Figura 1, que determina como será o desempenho da economia no mercado de trabalho e na distribuição de renda. No entanto, esses fatores não são diretamente dependentes, já que o crescimento do PIB não estabelece o aumento da geração de empregos e nem da renda em um país. Logo, é fundamental analisar como essas variáveis estão relacionadas e como implicam no desenvolvimento da economia brasileira e da qualidade de vida da população (Vilela Júnior, 2018).

Figura 1- Evolução e Crescimento do PIB no Brasil



Fonte: IBGE (2025)

Do ponto de vista de Baltar (2015), o crescimento econômico do PIB, após 2004, pode ser explicado pela valorização das exportações industriais brasileiras durante a perda de valor da moeda nacional. Resultando em uma maior geração de empregos e ao aumento da balança de pagamentos brasileira, bem como da diminuição da inflação. Além disso, Baltar afirma que houve um aumento no consumo e nos investimentos, o que levou

instituições financeiras a promoverem o aumento de créditos para as famílias, com a expectativa de que elas pudessem pagar esses créditos.

Conforme explicado acima, é importante destacar que o aumento do otimismo do mercado não foi uniforme em relação às oportunidades de emprego. Enquanto os empregos formais aumentaram significativamente, os informais continuaram a apresentar uma participação significativa no mercado de trabalho, o que pode indicar uma falta de qualidade nos empregos gerados e uma permanência da desigualdade social. Segundo Abdala (2025), os números apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a quantidade de trabalhadores no setor privado, ultrapassou o ano anterior com um crescimento de 3,2%, o que equivale a um aumento de 1,2 milhão de trabalhadores.

Além disso, a ampliação de liberalização de crédito, afetou de forma mais direta as famílias de baixa renda. O elevado consumo fez com que muitas pessoas se endividassem, porém, existe uma diminuição das dívidas por parte dos consumidores. De acordo com o Site Agência Brasil (2025), "Pelo segundo mês consecutivo, o percentual de famílias endividadas caiu no país, chegando a 76,1%", de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Conforme verificado por Miebach e Marquetti (2023), durante o período de instabilidades políticas da Guerra Fria, o país tinha a sua situação salarial mais estável. Portanto, a partir da década de 1980, com o avanço de políticas mais liberais e da pouca presença do Estado na economia, a distribuição de renda enfrentou tensões diante dos impactos das políticas econômicas. Os autores deixam claro, que o enfraquecimento das regulações e manutenção dessa incapacidade, afetam uma distribuição equitativa.

Pode-se dizer que a geração de empregos e a distribuição de renda no contexto nacional, são essenciais, para determinarem o desenvolvimento de um melhor padrão de vida. Neste contexto, fica claro que apenas o crescimento do PIB não é suficiente para garantir uma sustentabilidade econômica. O mais preocupante, contudo, é constatar que a distribuição equitativa também é considerada um reflexo das políticas econômicas implementadas pelo neoliberalismo, que devido à baixa intervenção, pode gerar a concentração de renda nas mãos de uma minoria.

Não é exagero afirmar, que as oportunidades de emprego que foram criadas, resultam no aumento dos índices de empregos formais, porém, é importante que as políticas distributivas, contribuam para a redução dos endividamentos das famílias mais vulneráveis e combatam a informalidade no mercado de trabalho. Assim, preocupa o fato de que, conforme mencionado pelo autor, "O aumento do salário-mínimo, os reajustes das categorias profissionais e a geração de empregos com renda reduziram a desigualdade de renda entre trabalhadores" (Baltar, 2015, p.28). Contudo, a geração de empregos com um rendimento mais reduzido, pode ocasionar na manutenção da desigualdade.

Ora, em tese, a importância do crescimento econômico sustentável, se reflete sobre a melhoria nas condições de vida da população. Caso contrário, esse aumento do valor do PIB, não assegura que exista uma inclusão social e a colaboração na distribuição de forma equitativa dos rendimentos. Conforme explicado acima, para que exista um progresso econômico, o PIB deve acompanhar a estabilização dos empregos formais e das oportunidades igualitárias. Como destaca Nunes (2025), em matéria do portal G1, políticas públicas eficazes como o Bolsa Família, ajudam no consumo da população, aquecendo a economia, por exemplo, um dos principais motivos para a redução da taxa de desemprego em 6,6% e do crescimento do PIB em 2024. Sendo assim, alinhar a distribuição de renda, emprego e crescimento sustentável, pode contribuir na promoção da igualdade no mercado de trabalho.

A taxa de crescimento do PIB potencial, embora aumente ao longo do tempo em relação ao baixo dinamismo da variável em 2018 (apenas 1,7%), chegaria a 2023 em 2,6%, o que significa que a sustentação do crescimento depois de 2023 a taxas similares à observada naquele ano, só poderia se dar com um crescimento do investimento significativamente mais forte que o previsto. Consequentemente, seria difícil sustentar, em meados da próxima década, taxas de variação do PIB maiores que 3% ao ano, a não ser que o investimento, ou a PTF, crescesse mais fortemente. Isso requereria uma mudança tecnológica mais intensa, combinada com melhoras expressivas do capital humano e maiores efeitos positivos da infraestrutura (Horta & Giambiagi, 2018, p.48).

Estes autores deixam claro na citação acima, que as medidas para gerar um progresso dos indicadores sociais de emprego e renda, precisam ser estruturadas visando a estabilidade de longo prazo. A possibilidade de que essa projeção do PIB só possa alcançar 3% caso sejam realizados investimentos, propõe a necessidade de políticas estruturais. Por

exemplo, a destinação de verbas para a área da educação, seria preciso para melhorar a capacitação dos profissionais, estabelecendo a ampliação de seu capital humano. Deste modo, os trabalhadores conseguiriam ser mais produtivos e colaborar nesse crescimento sustentável.

É preciso ressaltar, que o crescimento do PIB está interligado ao emprego e a renda de um país. Diante do exposto, os investimentos estruturais fomentam a economia através de verbas para áreas como a educação, bem como na possibilidade de uma capacitação profissional mais especializada. Sendo assim, ao disponibilizar uma geração de empregos de qualidade e distribuição de renda de forma justa, o país poderá ter um desenvolvimento econômico mais eficaz.

2.2 Análise da Desvalorização do Real e suas implicações sobre a economia brasileira

Para compreender melhor o que é a desvalorização do Real, é preciso definir o conceito de forma clara e objetiva. A desvalorização do Real, ocorre quando a moeda brasileira perde seu valor em relação a outras moedas, como o Dólar ou Euro.

A Figura 2 mostra as flutuações cambiais que afetaram a moeda nacional diante do Dólar desde a implementação do Real em 1994.

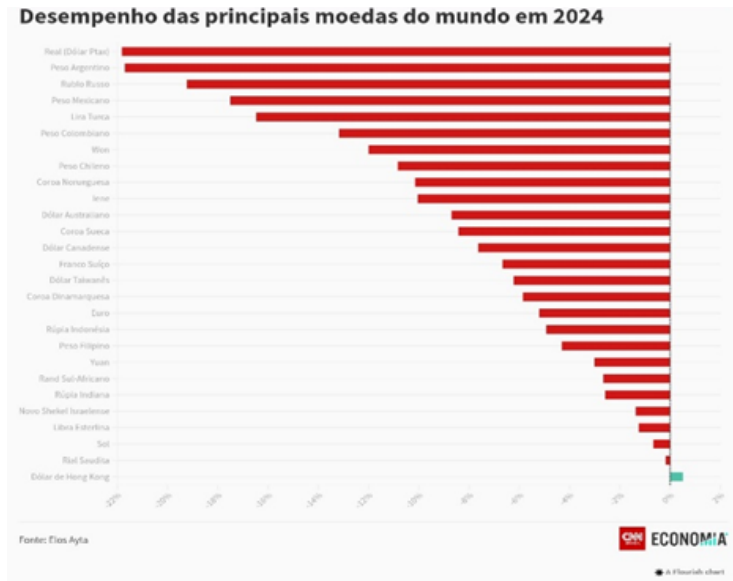
Figura 2 – Análise da flutuação do Real em relação ao Dólar deste 1994 (valor de R\$100 em Dólar)



Fonte: Castro (2024).

Mas, em 2024, o Real foi a moeda que mais desvalorizou face ao Dólar (Figura 3).

Figura 3 - Desvalorização do Real frente ao Dólar, 2024



Fonte: CNN BRASIL (2025).

Saliente-se, que essa desvalorização do Real, tem também como consequência a promoção das exportações brasileiras.

Assim, a economia brasileira beneficia com a desvalorização do Real, designadamente através do aumento das exportações de *commodities*, principal fonte do comércio exterior brasileiro (Figura 4), devido à grande especialização nesse setor como a soja, minério de ferro, café, entre outros, que são produtos de matéria prima (Kubiack et al. 2023).

Figura 4 - Principais produtos exportados pelo Brasil – 2000 e 2020

		US\$ milhões	
Produto	2000	Produto	2020
Aviões	3 430	Soja mesmo triturada	28 564
Minérios de ferro	3 048	Minérios de ferro	25 789
Soja mesmo triturada	2 188	Petróleo em bruto	19 614
Automóveis	1 759	Carne de bovino	7 447
Apar. trans./recep./comp.	1 753	Açúcar cana em bruto	7 381
Farelo de soja	1 645	Celulose	5 984
Celulose	1 601	Farelo de soja	5 909
Café cru em grão	1 558	Milho em grãos	5 853
Calçados	1 547	Carne de frango	5 482
Prod. semimanuf. ferro/aço	1 360	Café cru em grão	4 971
Soma principais	19 889	Soma principais	116 994
Total exportado	54 993	Total exportado	209 180
Partic. principais/total	36%	Partic. principais/total	56%

Fonte: Ministério da Economia

Fonte: Banco Central do Brasil (2021, p. 65).

Contudo, segundo Domingues (2021), apesar de garantir benefícios no contexto das exportações, resultando em uma maior competitividade internacional, esses efeitos

podem piorar a situação econômica, visto que afetam o poder de aquisição da população e o crescimento sustentável do país. Alguns fatores primordiais contribuem para essa situação, incluindo a instabilidade política, pressões inflacionárias ou a forte dependência de commodities como principais bens de exportação (Volpato & Pasuch, 2015).

A instabilidade política, apresenta-se como um fator agravante da situação. A falta de caracterização por constância nos governos e nas políticas que cada um deles representa, variam a forma como encaram as consequências da volatilidade cambial devido às sucessivas crises que o país enfrenta, gerando desconfiança nos investidores (Moreira, 2022). Em parte, devido à falta de credibilidade, as instituições governamentais precisam lidar com a redução de investimentos, aumento na inflação brasileira, enquanto também precisam reestabelecer a confiança perdida. Em 2024, a moeda brasileira apresentou a pior desvalorização frente ao dólar Ptax, com 21,82%, o que demonstra como essas incertezas atingem a economia brasileira (Nakamura, 2024).

Essa ausência de credibilidade afeta a legitimidade, pois, como destaca Teixeira (2014), a desvalorização da moeda nacional frente ao comércio internacional pode ser agravada devido às instabilidades nas instituições governamentais. Tendo como exemplo, o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, evidenciando como essa ausência de continuidade, afeta a estabilidade e como as inseguranças mediante os escândalos de corrupção e políticas econômicas, estabelecem a queda de confiança por parte dos investidores e da própria população (Dwerk & Teixeira, 2017).

Conforme já referido, a falta de credibilidade das instituições governamentais e a instabilidade política podem agravar esses desafios (Bacciotti, 2024). Ao analisar as novas tendências e direções futuras, pode-se perceber que as reformas estruturais são importantes para evitar essa pressão na economia. A reforma tributária que tem sido discutida pelo governo, tem como objetivo, efetuar a reformulação do sistema fiscal através da diminuição dos custos das empresas e gerar o crescimento de emprego e renda para assegurar que essas tributações não agravem as desigualdades e os desafios sociais que o Brasil tem enfrentado (Burle & Jimenez, 2025).

Diante desse cenário, as reformas tributárias têm sido propostas como uma forma de corrigir as distorções e reduzir a desigualdade de renda no Brasil. Uma reforma tributária progressiva poderia aumentar a tributação sobre os mais ricos, reduzindo as disparidades de renda e promovendo maior justiça fiscal. No entanto, as propostas de reforma tributária enfrentam desafios políticos e econômicos significativos. A complexidade do sistema tributário brasileiro, a resistência de certos setores da sociedade e a necessidade de equilibrar a arrecadação fiscal com estímulos ao crescimento econômico, são apenas alguns dos aspectos a serem considerados (Nogueira, 2023, p. 9).

Em resumo, a estagnação do progresso econômico do país tornou-se o resultado de um conjunto dos principais fatores, como a instabilidade política que o país tem apresentado devido à falta de políticas homogêneas e a sua dependência sobre as commodities, que são produtos de grande importância para as exportações brasileiras, bem como, os desafios enfrentados pelo efeito na questão inflacionária, que atinge a população ao adquirir bens básicos e os investidores que perdem a confiança nas aplicações. Deste modo, as implicações da nova reforma tributária podem contribuir para a superação desses obstáculos de forma sustentável e proporcionar uma estabilidade crucial para o Brasil na superação da desvalorização do Real.

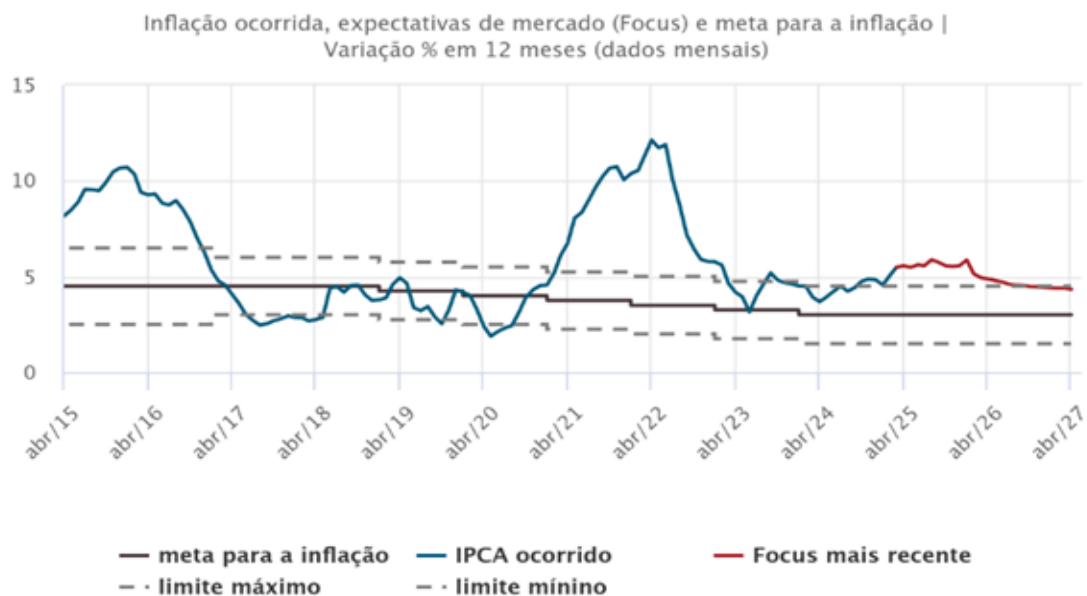
2.3. Relação entre Desvalorização do Real e Inflação no Brasil

Tal como já referido, a desvalorização do Real tem trazido fortes impactos sobre a inflação na economia brasileira. A correlação entre esses dois fatores pode agravar a maneira como o país conquista o seu posicionamento no mercado internacional. A competitividade do país é um fator que afeta o consumo diário dos brasileiros ao influenciar os preços de muitos produtos, o que diminui o seu poder aquisitivo de compra. Além disso, a sustentabilidade da economia e o expressivo desafio no controle dessa desvalorização, demonstram como o Brasil tem tido dificuldades em contornar esse dilema (Higino, 2021).

Como bem nos assegura Bresser-Pereira (1992), pode-se dizer que a competitividade brasileira passou por transformações sobre a devida inserção no plano global. Nesse contexto, fica claro, que apesar de ser um país com exportações no ramo da agricultura e do setor primário, é um grande dependente de importações tecnológicas. O mais preocupante, contudo, é constatar que o Brasil tem grandes chances de ampliar a sua entrada em outros setores, variando o seu comércio exterior.

Não é exagero afirmar, que essa pressão sobre a competitividade internacional, impacta nas políticas econômicas internas, que precisam conter os avanços da inflação, que se tem mantido acima da meta estabelecida (Figura 5). Durante todo esse processo ocorreu um acúmulo de renda sobre os mais ricos, prejudicando a população mais pobre que consome os bens considerados básicos como alimentos, transportes e uso de energias.

Figura 5 – Preços – IPCA e meta para a inflação, 2015-2027



Fonte: Banco Central do Brasil (2025).

Legenda: IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

A desvalorização da taxa de câmbio brasileira e o aumento da inflação, comprometem a competitividade internacional do país, especialmente no setor agrícola e tecnológico. Segundo Gonçalves (2001), o baixo crescimento dos produtos tecnológicos, é resultado da desvalorização do Real, o que torna as importações mais caras e reduz a competitividade brasileira.

Além disso, a instabilidade cambial afeta negativamente os produtores agrícolas brasileiros, tornando mais difícil para eles exportarem seus produtos. Isso ocorre porque, a desvalorização do Real encarece as importações, tornando-as menos competitivas em relação às exportações, o que por sua vez aumenta a inflação (Salama, 1991). Conforme explicado acima, para fortalecer a competitividade internacional, é fundamental investir em infraestrutura e políticas econômicas eficazes que permitam o fortalecimento das exportações em outras áreas, tornando o país menos dependente de produtos estrangeiros.

Sob a ótica de Carvalho (1990), os preços dos produtos importados aumentam, o que reduz o poder de compra, especialmente entre as camadas mais pobres, contribuindo para o aumento da desigualdade. Essa situação também desestimula o ingresso de capital estrangeiro e dificulta a expansão econômica. Ademais, a queda na arrecadação fiscal limita a capacidade do Estado de investir em áreas fundamentais como infraestrutura e serviços públicos. Diante desse cenário, garantir a estabilidade da moeda e conter a inflação são medidas fundamentais para promover um crescimento econômico sustentável e equilibrado.

Pode-se dizer que esse impacto cambial faz com que o Brasil não alcance um posicionamento no comércio exterior e nem consiga garantir o pleno desenvolvimento de sua economia. Conforme mencionado pelo autor, "Os agentes são levados mesmo a esperar que em algum momento políticas restritivas acabem por ser aplicadas, elevando juros e induzindo à retenção de recursos na circulação financeira de curto prazo" (Carvalho, 1990, p. 529).

A perda do poder aquisitivo pode causar uma instabilidade econômica, introduzindo obstáculos significativos ao crescimento sustentável do Brasil, principalmente com os custos de produção nacionais. Sendo assim, a manutenção da inflação é agravada durante picos inflacionários e resulta na intensificação da desigualdade de renda e sobre as condições de vida das populações periféricas. De acordo com o Site Agência Brasil, no ano de 2024, a inflação do país foi de 4,83% o que sobrepõe a meta de inflação imposta pelo governo (B. Moura, 2025).

O tema torna-se importante, para que a população não sofra mais transtornos diante da volatilidade cambial e do impacto direto sobre o bem-estar social. Conforme explicado acima, o gerenciamento da inflação é importante para manter a estabilização do cenário econômico brasileiro. Embora seja um fator complexo, é possível mitigar os efeitos econômicos da inflação, como, por exemplo, pelo controle inflacionário da política monetária realizado pelo Banco Central, que costuma elevar as taxas de juros básicos SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

Vale ressaltar, que o conjunto de ações do Banco Central e das políticas públicas são eficazes para diminuir o choque na sociedade sobre as alterações nos preços finais, tornando-se fundamentais para manter a estabilidade econômica. Segundo Julião (2025), o governo busca medidas para conter como o aumento na taxa de juros através da taxa SELIC, no ano de 2025, esse aumento foi para 14,25% ao ano.

A manipulação da taxa SELIC vai influenciar as demais taxas de juros de mercado, como aquelas cobradas pelos bancos comerciais, também vai influenciar o preço dos diversos ativos da economia brasileira, como o das ações e títulos privados e públicos comprados pelo público. Além disto, este vai moldar as expectativas do mercado, como em relação ao nível de atividade econômica e também sobre a inflação futura (Campedelli & Lacerda, 2020, p. 5).

Os autores deixam claro a importância da gestão da inflação, pois uma falta de controle sobre os preços pode levar à corrosão do poder de compra interno, afetando negativamente os investimentos e a economia como um todo. Além disso, uma inflação descontrolada pode gerar insegurança e incerteza para os consumidores e os investidores, o que pode ter consequências negativas para o crescimento econômico.

A inflação brasileira é influenciada por um conjunto de fatores econômicos e sociais que afetam negativamente a qualidade de vida da população. Podendo tornar os produtos nacionais menos competitivos no mercado internacional, o que pode prejudicar as exportações e o crescimento econômico. A coordenação eficaz da inflação, garante a estabilidade dos preços e a confiança dos consumidores e investidores.

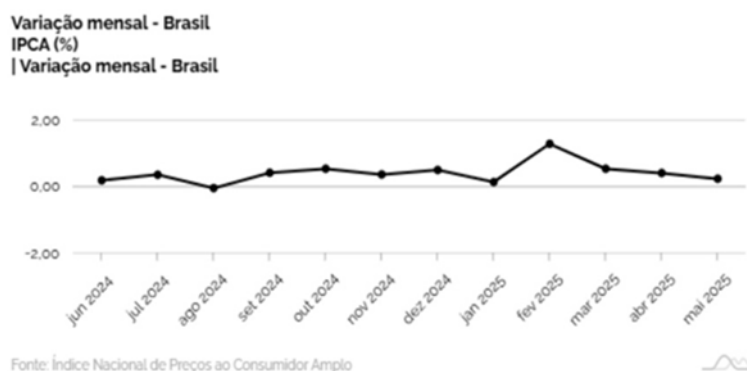
3. Desvalorização do Real e os Impactos nos Custos de Bens Essenciais

A desvalorização do Real, causa impactos diretos sobre a população, principalmente na perda de poder de compra, atingindo os custos da alimentação, dos transportes e de medicamentos. Pode-se dizer que essa interferência nos valores desses serviços afetam a vida cotidiana da população brasileira, como as de renda mais baixa (Rocha, 2022). Por isso, o aumento de bens essenciais pode desencadear insegurança alimentar e incerteza no acesso a combustíveis e remédios, primordiais para o bem-estar social.

Conforme Rocha (2022), o aumento dos preços dos alimentos durante o ano de 2020, está relacionado a determinadas causas como, o crescimento do valor das matérias primas agrícolas, da demanda internacional por esses bens e da queda do Real diante do Dólar. Sendo assim, essa desvalorização da moeda brasileira, ajuda na expansão da exportação de grãos, diminuindo a oferta interna. Durante a pandemia, muitas famílias, principalmente as mais vulneráveis, foram beneficiadas com o auxílio emergencial que contribuiu para que essas pessoas recebessem uma renda extra, tendo acesso a produtos essenciais de alimentação e bebidas, gerando uma pressão adicional nos preços do mercado nacional.

A insegurança alimentar ocorre, quando o acesso aos produtos se torna mais difícil sendo decorrentes de fatores econômicos ou sociais como a perda de valor da moeda (Figura 6). Conforme explicado acima, no período da pandemia, a redução dessa oferta no mercado interno, acabou elevando o preço de muitos alimentos que ficam menos acessíveis para os brasileiros e contribuindo para o crescimento da pobreza (Oliveira & Cechin, 2022).

Figura 6- Evolução mensal referente aos preços dos Alimentos



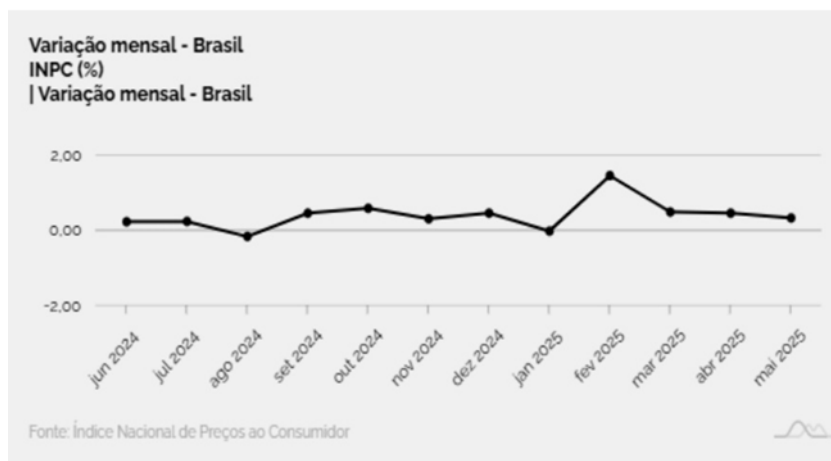
Fonte: IBGE (2025)

Legenda: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Segundo dados do IBGE (2024), em 2023, 72,4% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar, um avanço em relação a anos anteriores que entre 2017 e 2018 registrou uma porcentagem de 63,3% de segurança alimentar, mas ainda com grandes desigualdades regionais e raciais. A melhora recente desses indicadores, está relacionada à ampliação de programas sociais, que atuaram como importante suporte para as famílias mais vulneráveis diante do aumento dos preços dos alimentos.

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), explicita como o reajuste do salário-mínimo, ainda faz com que os brasileiros gastem cerca de metade de seu orçamento para comprar alimentos (Figura 7). "O trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média, em janeiro de 2025, 50,90% do rendimento para adquirir os produtos alimentícios básicos" (DIEESE, 2025, p.2).

Figura 7- Salário-mínimo comprometido com Alimentação, Transportes e Medicamentos



Fonte: IBGE (2025)

Legenda: INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

De acordo com dados da Confederação Nacional de Indústria (2022), os setores de transportes também são influenciados pela flutuação cambial devido aos preços dos combustíveis pelo mercado internacional. Dessa forma, o Brasil passou a adotar em 2016, um modelo de paridade para reduzir a capacidade da Petrobras de ser prejudicada por essa instabilidade nos valores, diminuindo a sua participação em algumas atividades como refinarias e distribuição.

A discussão no Congresso relacionada ao Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre os combustíveis e a legislação complementar, determinam a participação sobre os valores aplicados. O consumidor final é atingido, já que o Brasil precisa lidar com políticas que combatam esses impactos dos combustíveis, devido a

elevação dos custos de logísticas e do encarecimento de transportes de mercadorias e passageiros. Durante o ano de 2018, houve a greve dos caminhoneiros que paralisou o país, que demonstrou como o setor de transportes é diretamente influenciado pelo Real e com a criação de subsídios ao diesel por todo o país (CNI, 2022).

O elevado custo dos transportes, resultado da variação dos preços dos combustíveis, acaba se tornando um peso extra para os brasileiros, que já enfrentam dificuldades financeiras. A Confederação Nacional de Transporte (CNT) (2025), afirma como o aumento da inflação dos transportes de 1,30% ocorreu pelo aumento das passagens aéreas e pelo aumento do custo dos combustíveis.

O acesso a medicamentos é de extrema importância no Brasil, onde a saúde pública já enfrenta desafios significativos. No entanto, a flutuação cambial pode agravar as condições de saúde de pessoas que dependem de medicamentos essenciais. Além de gerar consequências no aumento dos preços dos medicamentos importados, o que afeta a capacidade do sistema de saúde brasileiro de fornecer serviços de qualidade à população (Cesário et al., 2017).

Para que não tenham sua vida atingida, muitos tem que recorrer, por exemplo, a remédios genéricos que trazem mais acessibilidade, substituindo os remédios de marca ou na disponibilidade de medicamentos pela Farmácia Popular do Brasil. Conforme dados da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED, 2025), a regulação de preços dos medicamentos estabelece limites para evitar aumentos excessivos. Os dados referentes ao ano de 2024, observaram que os medicamentos de nível 1, que possuem maior concorrência no mercado, poderiam ter descontos de até 60%, embora nem sempre esses descontos sejam repassados ao consumidor final. O que pode significar uma possibilidade de medicamentos mais acessíveis, sem o risco de elevação exagerada nos preços, protegendo a população.

A falta de acesso pode ter consequências graves em relação à aquisição de produtos essenciais como alimentação, transporte e medicamentos (Higino, 2021). Conforme explicado acima, a alta dos preços destes produtos, decorrente da desvalorização, pode levar a uma redução na qualidade de vida das pessoas, já que os brasileiros gastam cerca de metade do seu orçamento para adquirir produtos básicos (DIEESE, 2025). Segundo Yoshinaga et al. (2024), por exemplo, as altas taxas de inflação encarecem a importação dos principais insumos utilizados na produção de pães, remédios, bem como no aumento dos combustíveis.

O primeiro impacto da desvalorização sobre custos industriais deve ser decomposto no impacto direto, que depende da relação importações de insumos/custos variáveis; e do impacto indireto. Este foi quantificado ponderando-se a participação das importações de insumos sobre os custos variáveis dos fornecedores domésticos, pelo peso das compras realizadas junto a estes no consumo intermediário de cada um dos setores (Pereira & Carvalho, 2000, p. 15).

A decomposição do impacto sobre os custos industriais direto e indireto, como apresentado na citação anterior, revela que a relação das importações de insumos/custos variáveis, é diretamente relacionada com a desvalorização da moeda (Pereira & Carvalho, 2000). Isso significa, que a flutuação cambial vai atingir as empresas que fornecem esses produtos, tornando-os mais caros. Além disso, a desconfiança dos empresários dos setores diante da perda de valor do Real, como registrado pela Sondagem Industrial da Confederação Nacional de Indústrias, pode ter exacerbado esse efeito, levando a um aumento de 29,3% no quarto semestre de 2024 (F. Moura, 2025).

Por todas essas razões, a perda de valor da moeda brasileira implica diretamente nos custos em bens essenciais, especialmente na intensificação da vulnerabilidade da população no poder de compra em setores de alimentação, transportes e medicamentos. O alto valor de importação desses insumos devido à baixa capacidade das empresas nacionais, compromete o bem-estar da sociedade. De acordo com o relatório da organização Oxfam, "O país importa 90% da matéria-prima necessária para a fabricação de imunizantes e medicamentos" (Oxfam, 2024, citado por IPEA, 2024). Em síntese, o Brasil apresenta uma grande limitação na dominância de uma presença forte e estável sobre esses setores.

4. Políticas Públicas e Redução da Desigualdade Face à Desvalorização do Real

A desigualdade social é um desafio crônico no Brasil. Nesse sentido, surge a necessidade de políticas públicas planejadas de forma integrada e eficazes para minimizar os efeitos negativos sobre a população. Políticas sociais, como o Programa Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, contribuem para a proteção social dos indivíduos, fornecendo auxílio de renda e acesso a infraestruturas de qualidade. Além disso, a valorização do salário-mínimo também é crucial para melhorar o desenvolvimento social no Brasil (Tomás, 2023).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025), o Programa Bolsa Família tem como objetivo "promover a dignidade e a cidadania das famílias, atuando de forma complementar por meio de ações articuladas com outras políticas voltadas à superação da pobreza e à transformação social". Segundo Ferreira de Souza et al. (2019), o impacto do Bolsa Família, resultou em uma redução proporcional de aproximadamente 1,3 ponto percentual na pobreza extrema após 2004, contribuindo para a retirada de cerca de 3,4 milhões de brasileiros dessa condição.

O acesso a moradias, problema persistente, é verificado em mais de 90% nas áreas urbanas e em mais de 88% nas regiões metropolitanas, conclui-se a partir da análise feita por Shimizu (2010). Diretamente impactada pela concentração de renda, a aquisição de habitações e infraestruturas refletem na sociedade brasileira, evidenciando como essa situação continua a ser um desafio. Em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, foi criado com o objetivo de garantir às famílias que dependiam de salários-mínimos, uma moradia digna, tendo em vista que, como destaca Gonçalves Júnior et al. (2014), 70,6% das famílias de baixa renda enfrentavam questões relacionadas à moradia.

Além disso, é importante considerar que críticos argumentam que os programas sociais podem perpetuar a desigualdade social, ao mantê-los dependentes da assistência governamental (Araújo, 2017). Contudo, quando implementados de forma integrada e estruturada, esses programas podem contribuir significativamente para a redução da desigualdade social. Diante da persistência da desigualdade social no Brasil, o programa Bolsa Família, que reduziu em 13% a pobreza brasileira nos últimos anos, demonstra o impacto positivo que essas políticas podem ter (Amaral Filho & Vasconcelos, 2023).

Com base na análise de mais de 25 milhões de declarações fiscais, Castro (2014), conclui que apenas 406.064 contribuintes (0,2% da população brasileira), possuem cerca de 47% da riqueza declarada no Brasil. Ainda conforme Castro (2014), o coeficiente de Gini para a riqueza se manteve praticamente estável desde 2006, nomeadamente em torno do valor extraordinariamente alto de 0,85 (Castro, 2014, citado por Pires 2019, p. 64).

O autor deixa claro, que diante desses dados alarmantes, a concentração de riqueza segue sendo um forte obstáculo na ampliação dos benefícios que as políticas públicas conquistam. A resposta pode estar na criação de políticas que visem à redistribuição de renda, como a implementação de programas de transferência de renda ou na tentativa de valorização do salário-mínimo diante dos impactos que ocorrem devido ao aumento da inflação e na perda de poder de compra dos brasileiros, afetando bens básicos e suas rendas (Medeiros, 2015).

Em resumo, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na redução da desigualdade social. A redistribuição de renda através dos programas sociais como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, contribuem na proteção social do indivíduo e na minimização da desigualdade social causada pela concentração de renda. Além disso, a valorização do salário-mínimo, ajuda esses trabalhadores a terem uma vida mais digna diante da flutuação cambial e da insegurança financeira, criando uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Conclusão

Este trabalho procurou responder à pergunta central: *Quais são os impactos específicos da desvalorização do Real sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil, e como esses impactos afetam a população brasileira?* Os principais resultados salientam; como a desvalorização do Real tem exacerbado a pobreza e a desigualdade social no Brasil, ao influenciar diretamente a inflação e aumentar o custo de vida. Esses achados corroboram estudos que associam a queda do valor monetário à pressão sobre preços de bens essenciais e serviços, impactando desproporcionalmente as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Além disso, contribuem para a discussão sobre a relação entre a política econômica e a desigualdade social, destacando a importância de políticas públicas que visem aliviar os efeitos negativos da desvalorização do Real sobre as populações mais vulneráveis.

As implicações das análises obtidas são significativas para a área de estudo, sugerindo a necessidade urgente de revisões nas políticas econômicas e sociais. É evidente, que a resposta do governo precisa ser proativa e inclusiva para abrandar os efeitos adversos da desvalorização monetária.

Os resultados reforçam a relevância dos objetivos iniciais do estudo, respondendo à pergunta, de como a desvalorização do Real impacta diretamente a vida das populações mais desfavorecidas, em relação a pobreza e a desigualdade social? Este conhecimento é vital não apenas para os formuladores de políticas, mas também para acadêmicos e economistas, que buscam entender e resolver as questões complexas provocadas por mudanças abruptas no valor da moeda.

As evidências apresentadas oferecem ainda uma base sólida para o desenvolvimento de novas linhas de investigação e para a formulação de políticas mais eficazes, capazes de melhorar as condições econômicas e sociais da população brasileira.

Para próximas pesquisas, recomenda-se explorar como a interconexão entre os fatores econômicos e sociais, podem ser usadas para melhorarem as condições econômicas e sociais da população brasileira, e como uma ação coordenada entre diferentes setores da sociedade brasileira, podem ser usados, para enfrentarem efetivamente, as crises cambiais futuras.

Portanto, o estudo aponta para a urgência de políticas públicas que não apenas atendam às necessidades imediatas das populações mais afetadas, mas que também ofereçam uma visão de longo prazo para a criação de um ambiente econômico mais estável e inclinado ao desenvolvimento. Um esforço conjunto para promover a educação financeira, aumentar a inclusão no mercado de trabalho formal e reforçar as redes de segurança social, podem moldar, condições mais favoráveis para um crescimento econômico sustentável e justo.

6. Referências Bibliográficas

- Abdala, V. (2024, março 28). Empregos com carteira assinada batem recorde, segundo IBGE. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/empregos-com-carteira-assinada-batem-recorde-segundo-ibge>
- Agência Brasil. (2025, fevereiro 7). Cai o número de endividados no país, aponta entidade do comércio. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/cai-o-numero-de-endividados-no-pais-aponta-entidade-do-comercio>
- Amaral Filho, C. S. do, & Vasconcelos, R. S. (2023). A redução da desigualdade social no Brasil com base na agenda 2030 da ONU. *Research, Society and Development*, 12(2), e22712240135. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.40135>
- Araujo, J. M. de. (2017). Trabalho, crise e políticas assistenciais: Análise dos impactos do programa Bolsa Família no índice de desenvolvimento humano brasileiro. *Revista Eletrônica de Estudos do Direito*, 22(2), 23-38. https://reedrevista.org/reed/article/download/138/pdf_1/564
- Bacciotti, R. (2024). Desvalorização do Real e implicações para política monetária. Relatório de Acompanhamento Fiscal, 90, 5-8. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/657485/RAF90_JUL2024_Contexto_macro.pdf
- Baltar, P. (2015). Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil (Texto para Discussão nº 2036). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf
- Banco Central do Brasil. (2021, agosto). Boletim Regional – agosto de 2021: Desempenho regional das exportações brasileiras (2000-2020) (Boxe 4, pp. 64–67). <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202108/br202108b4p.pdf>
- Banco Central do Brasil. (2025). Estatísticas [gráfico]. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>
- Bresser-Pereira, L. C. (1992). A crise do Estado: Ensaio sobre a economia brasileira. Nobel.
- Burle, S., & Jimenez, D. (2025, março 21). Reforma tributária: o que você precisa saber. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/03/reforma-tributaria-o-que-voce-precisa-saber>
- Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. (2025). *Reajuste médio no preço dos medicamentos para 2025 será o menor dos últimos oito anos*. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2025/reajuste-medio-no-preco-dos-medicamentos-para-2025-sera-o-menor-dos-ultimos-oito-anos>

Campedelli, A. L., & de Lacerda, A. C. (2020). O combate à inflação como fator concentração de renda: um estudo da década de 2010. *Pesquisa & Debate Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Economia Política*, 32(1(57)). <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/49084>

Carvalho, F. J. C. (1990). Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, 10(4), 520–539. <https://doi.org/10.1590/0101-31571990-0543>

Castro, W. (2024, junho 18). *30 anos do Plano Real*. Avenue Blog <https://avenue.us/insights-avenue/30-anos-do-plano-real/>

Cesário, B. B., Costa, L. S., Maldonado, J. M. S. V., & Vargas, M. A. (2017). Vulnerabilidade do SUS em relação à variação cambial: análise da dinâmica de importações de medicamentos e equipamentos de saúde entre 1996 e 2014. *Saúde em Debate*, 41(113), 441-456. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Vq9BqjPZtMVTfb8hkPzLjxx/?lang=pt&format=pdf>

CNN Brasil. (2025, abril 26). Real tem maior desvalorização de 2024 e pior desempenho desde 2020, mostra análise [Gráfico]. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/real-tem-maior-desvalorizacao-de-2024-e-pior-desempenho-desde-2020-mostra-analise/>

Confederação Nacional da Indústria. (2022). Mecanismos de estabilização de preços de combustíveis fósseis: Uma análise do cenário brasileiro e casos internacionais. CNI. https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d0/29/d0292bed-d7cd-44e1-9f98-b1780cd1cc81/id_239696_mecanismos_de_estabilizacao_de_precos_web_1.pdf

Confederação Nacional do Transporte. (2025, fevereiro 20). CNT aponta cenário econômico desafiador para o transporte em 2025. Agência CNT de Notícias. <https://cnt.org.br/agencia-cnt/cnt-aponta-cenario-econmico-desafiador-para-o-transporte-em-2025>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2025, fevereiro 6). Custo da cesta básica tem alta em 13 capitais e redução em 14 [Nota à imprensa]. DIEESE. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202501cestabasica.pdf>

Domingues, G. M. (2021). Análise dos efeitos da desvalorização do Real sobre a indústria da transformação do Brasil no período de 2015 a 2018 [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia]. [Recurso eletrônico]. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1236174>

Dweck, E., & Teixeira, R. A. (2017). A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica (Texto para Discussão No. 303). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>

Ferreira de Souza, P. H. G., Osorio, R. G., Paiva, L. H., & Soares, S. (2019). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos (Texto para Discussão nº 2499). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf

Gonçalves Junior, C. A., Dutra, R. de L., Lopes, R. L., & Rodrigues, R. L. (2014). O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. *Ambiente Construído*, 14(1), 177–189. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/42612/28757>

Gonçalves, R. (2001). Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, 5(3), 1-19

Higino, L. G. D. (2021). Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda. *RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 1(12), 22-44. doi: 10.51473/rcmos.v1i12.225

Horta, G. T. D. L., & Giambiagi, F. (2018). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023. <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14760>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024, abril 25). Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Indicadores econômicos: Variação do PIB*. [Gráfico] IBGE. <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Indicadores: IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*. [Gráfico]. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor: verifica a variação apenas para famílias com entre 1 e 5 salários-mínimos de renda*. [Gráfico]. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2024, maio 2). *Brasil ainda importa 90% da matéria-prima necessária para a produção de vacinas*. <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/426-brasil-ainda-importa-90-da-materia-prima-necessaria-para-a-producao-de-vacinas>

Julião, F. (2025, março 20). Entenda por que o Banco Central elevou a Selic a 14,25% ao ano. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/entenda-por-que-o-banco-central-elevou-a-selic-a-1425-ao-ano/>

Kubiack, C. A., Link, D., Marques, G. R., de Andrade Matozo, R. C., & Cleto, C. I. (2023). A Pauta Exportadora Brasileira e a Dependência de Commodities A Partir de 2005. *Memorial TCC Caderno da Graduação*, 9(1), 287-304.

Medeiros, C. A. de. (2015). A influência do salário-mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. *Economia e Sociedade*, 24(2), 263–292. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art2>

Miebach, A. D., & Marquetti, A. A. (2023). A distribuição funcional da renda no Brasil: 1947–2019. *Nova Economia*, 32(3), 585–615. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7434>

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2025). Bolsa Família. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

Moreira, H. D. (2022). Os impactos da instabilidade política sobre a volatilidade da taxa de câmbio e a taxa de juros do Brasil (Trabalho de conclusão de curso de graduação). Insper, São Paulo. <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/87a2ff8f-3b24-4534-bf14-d261cc5d071b/content>

Moura, B. de F. (2025, janeiro 10). Inflação oficial do país em 2024 é de 4,83%, acima do limite da meta. Agência Brasil. Recuperado em 10 de junho de 2025, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/inflacao-oficial-do-pais-em-2024-e-de-483-acima-do-limite-da-meta>

Moura, F. (2025, janeiro 24). Preocupação da indústria com a taxa de câmbio dispara no último trimestre de 2024, aponta CNI. Portal da Indústria. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/preocupacao-da-industria-com-a-taxa-de-cambio-dispara-no-ultimo-trimestre-de-2024-aponta-cni/>

Nakamura, J. (2024, dezembro 31). Real tem maior desvalorização de 2024 e pior desempenho desde 2020, mostra análise. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/real-tem-maior-desvalorizacao-de-2024-e-pior-desempenho-desde-2020-mostra-analise/>

Nogueira, I. B. M. (2023). Análise da Reforma Tributária e os impactos sobre a desigualdade social. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 4(1), e413630-e413630. <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.3630>

Nunes, J. (2025, março 6). PIB no ano do menor desemprego: entenda os impactos de um resultado puxado pelo consumo. Portal G1. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/03/06/pib-no-ano-do-menor-desemprego-entenda-os-impactos-de-um-resultado-puxado-pelo-consumo.ghtml>

Oliveira, W. R. S. e; Cechin, A. Efeitos da pandemia da COVID-19 nos preços dos alimentos no Brasil. *Revista Catarinense de Economia*, v. 5, n. 2, p. 141–155, 2022. Disponível em: <https://www.apec.org.br/rce/index.php/rce/article/view/109/104>.

Pereira, T. R., & Carvalho, A. (2000, março). *Desvalorização cambial e seu impacto sobre os custos e preços industriais no Brasil: uma análise dos efeitos de encadeamento nos setores produtivos* (Texto para Discussão nº 711). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2313>

Pires, R. R. C. (Org.). (2019). *Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas* (1ª ed.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>

Rocha, B. A. (2022). *A alta dos níveis de preços dos alimentos e a pandemia de Covid-19 no Brasil: Uma análise pela ótica da inflação de custos* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Pantheon UFRJ. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/21739/1/BARocha.pdf>

Salama, P. (1991). Câmbio, desvalorização e competitividade. *Revista de Economia Política*, 11(3), 426–441. <https://doi.org/10.1590/0101-31571991-0866>

Shimizu, J. Y. (2010). *Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: Uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional]. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8G3HGW>

Teixeira, F. W. (2014). Os condicionantes da desvalorização do Real em 2002 sob o enfoque das teorias de crises cambiais. [Trabalho de conclusão de curso de graduação]. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Economia. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122017>

Tomás, M. C. (2023). Desigualdades sociais e políticas públicas: desafios e perspectivas. *Revista do Departamento de Ciências Sociais – PUC Minas*, 5(2), 1-6. <https://periodicos.pucminas.br/emsociedade/article/view/34405/22623>

Vilela Júnior, I. (2018). Relação entre PIB, emprego e renda: um estudo comparativo entre dados nacionais e o município de Ituiutaba - MG [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia]. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23849/3/Rela%C3%A7%C3%A3oPIBEmplego.pdf>

Volpato, G. M., & Pasuch, D. F. (2015). Taxa de câmbio, exportação e a balança comercial. *Revista Onis Ciência*, 3(10), 27-34. <https://revistaonisciencia.com/wp-content/uploads/2020/03/10ED02-Artigo-Gregory-Moyses-Volpato.pdf>

Yoshinaga, C. E., Castro Junior, F. H. F. de Rochman, R. R., & Eid Junior, W. (2024, outubro). *O impacto cambial no consumo dos brasileiros e a necessidade de diversificação internacional*. Fundação Getulio Vargas.
https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u784/impacto_do_cambio_no_consumo_do_brasileiro.pdf